

Flechas, Puçangas e Confrontos: Os Guardiões Ka'apor e as novas estratégias de guerra

Alessandro Ricardo Campos^a

Resumo: Este texto apresenta, através de histórias de guerras do povo Ka'apor, como que, empiricamente, era o resultado das Puçangas e nomes de grandes guerreiros como Tapõon. O texto mostra, também, um caminho que os próprios Ka'apor decidiram, mudar da guerra tradicional para a guerra no mundo dos carai: a política. Possuem hoje a fortalecida e atuante Associação Ka'apor Ta Hury do rio Gurupi, na qual apresenta-se neste trabalho elementos da história de sua fundação, parcerias e até suas ações efetivas para proteção do território – como a criação dos 'guardiões Ka'apor', território continuamente invadidos por madeireiros, fazendeiros e, mais recentemente, mineradoras. As informações etnográficas vêm de um longo período de campo onde foram ouvidas diretamente do povo Ka'apor, através de uma etnografia participativa.

Palavras-chave: Povo Ka'apor, T.I. Alto Turiaçú, Guerra tradicional Ka'apor, Puçangas, Mitos, Organização política dos povos indígenas.

Objetivo neste texto é levantar elementos para estudo acerca da temática da guerra entre o povo Ka'apor, como motivação central a guerra enquanto assunto relevante do campo da Antropologia das Sociedades Indígenas no Brasil. Assim, busco neste texto unir o passado e o presente para refletir os modos operacionais e estratégicos

^a Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Email: ricardocamps52@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-4211-8272>

de sobrevivência de uma comunidade humana na atualidade. Aqui, desenvolvo alguns elementos para compreender estas dinâmicas que envolvem a guerra, em contexto da Aldeia Axinguirendá, dos Ka'apor.

Dessa forma, busca-se responder às seguintes perguntas e algumas inquietações que permeiam a etnografia que apoia este texto, afinal, “é o campo quem te guia”: O que é guerra para um Ka'apor? Como eles a definem? Qual a importância da mesma? As histórias de guerra tradicionais ainda são narradas? Qual a importância destas narrativas para os Ka'apor na atualidade? Alguma guerra ainda ocorre hoje? Quais são os atuais inimigos dos Ka'apor? Quais armas eram/são/poderiam ser usadas em uma guerra? Ainda se fabricam essas armas e instrumentos musicais para esse intuito? Como se deu essa mudança de pensamento/atitude, de guerreiros para a organização política? Quando nasce um filho homem, ele ainda é preparado para a guerra (destreza, habilidade), fazem ainda os remédios/feitiços as chamadas Puçangas (Léry 1972; Staden 1930; Fernandes 1970; Samain 1984/85; Metraux 1950)? Algumas dessas perguntas já foram definidas anteriormente por Florestan Fernandes para o seu estudo entre os Tupinambá, com material empírico a partir das descrições dos viajantes seiscentistas.

O material empírico para esta análise foi coletado principalmente na Aldeia Axinguirendá, que está localizada no estado do Maranhão, estado vizinho do Pará, na região nordeste do Brasil, fazendo parte da Região Amazônica. Localiza-se a 25 km do município de Centro do Guilherme. Esta aldeia faz parte da Terra Indígena Alto Turiaçu, que tem uma extensão total de 530.525 hectares. Esta Terra Indígena (TI) é demarcada pela Funai desde 1978 e foi homologada através do decreto N° 88.002 em 1982. É a segunda maior aldeia da etnia Ka'apor, possui 104 famílias e cerca de 520 habitantes segundo Censo de 2015, sendo apenas menos populosa que a aldeia Ximborendá, com 720 habitantes.

Na sua língua do tronco Tupi, a palavra Ka'apor significa “gente que mora na mata” (Balée 1993; Ribeiro 1976). Esta TI compreende parte dos municípios de Araganã, Centro Guilherme, Centro Novo

do Maranhão, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, perfazendo uma extensão de 5.304 km². Os Ka'apor dividem esse território com outros povos, estabelecendo relações próximas como casamentos interétnicos e também de conflito, são eles os Tembê, Awa-Guajá, (também de língua Tupi) e os Timbira (de língua Jê) (López Garcés et al. 2015). Na figura 01, a seguir, observa-se a localização geográfica dessa TI.

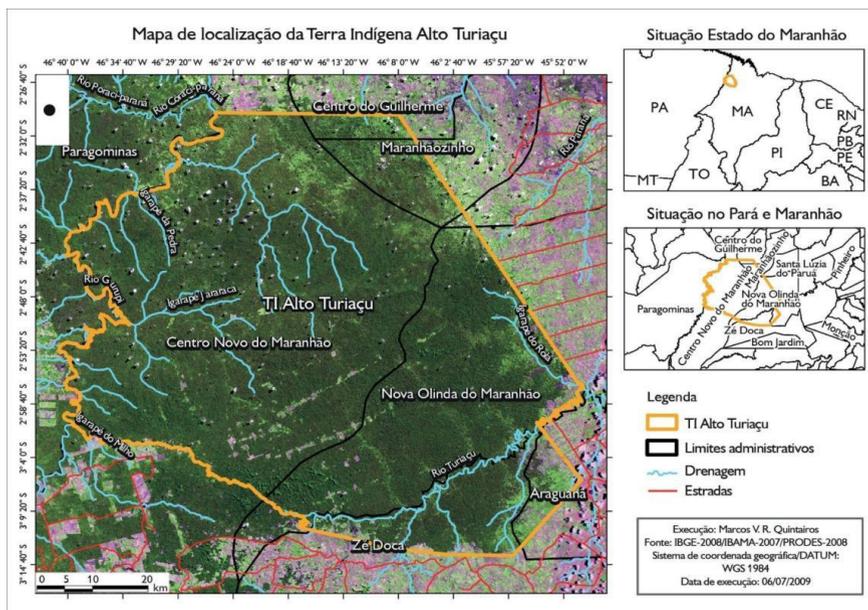


Figura 1: Mapa de localização da Terra Indígena Alto Turiçu.

Fonte: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.

Contextualizando

Ao longo dos tempos, toda esta região tem sido cenário de conflitos interétnicos provocados sempre por invasões dos territórios indígenas por não indígenas. Ainda no século XIX, esses conflitos estavam

vinculados à intensificação não controlada de economias extrativas, tais como garimpo de metais preciosos. Cabe ressaltar que a esta atividade extrativista soma-se a sempre presente exploração madeireira e pecuária. Em 1873, estes episódios forçaram o deslocamento dos Ka'apor da região do rio Piriá, onde viviam, para a região do rio Gurupi onde estão atualmente (Balée 2005 *apud* López Garcés 2016).

Na região dos rios Turiaçu e Gurupi, já no século XX, aconteceram muitos conflitos entre os Ka'apor e moradores locais que exploravam madeira, seringa e óleo de copaíba, com fazendeiros e trabalhadores das linhas telegráficas. Alguns desses episódios foram macabros, como o empilhamento das cabeças de alguns Ka'apor próximas a essas linhas como aviso para que não mais as derrubassem (de Figueiredo 2013; López Garcés *et al.* 2015). Na tentativa de 'pacificar' esses indígenas urubus que eram considerados muito violentos, em 1911, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criou o Posto Felipe Camarão, no igarapé Jararaca. O Posto Pedro Dantas, responsável pela 'pacificação' dos Ka'apor, criado em 1928, também foi responsável por várias doenças de branco, como uma epidemia de gripe vitimando boa parte desta população (Ribeiro 1996). Samain também relata essas dificuldades pelas quais passaram os Ka'apor:

“Já no final do século passado, os Ka'apor, vitimados por várias epidemias, tinham-se retirado do lado maranhense e atacavam esporadicamente as frentes extrativistas (garimpeiros e madeireiros em particular) situadas entre os Rio Gurupi e Turiaçu. Darcy Ribeiro retratou, com base em uma documentação de primeira mão, a história da 'pacificação' que se seguiu. Iniciada em 1911, pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) ela havia de se concretizar somente em dezembro de 1928, ameaçada, no entanto, logo depois (1929), pela morte violenta do capataz Benedito Jesus de Araújo no Posto 'Pedro Dantas', atual Posto Indígena de Canindé.” (Samain 1984:102).

Mais problemas estavam reservados aos Ka'apor - como todo povo indígena no Brasil e no continente americano como um todo, sempre enfrentando ondas cíclicas de traumas e violências proporcionadas em nome do 'progresso' e da ganância. Desta vez, as dinâmicas de

expansão da fronteira agropecuária e madeireira no Maranhão começam a se consolidar a partir da década de 1960, com a construção da via Belém- Brasília (Moura *et al.* 2011). Abertura da via BR-222, que conecta a rodovia Belém-Brasília com São Luís, a capital do estado, gerou dinâmicas de avanço sobre as florestas primárias da Amazônia maranhense, promovendo o surgimento de pequenos povoados, hoje convertidos em municípios (Moura *et al.*, 2011). Segundo Almeida *et al.* (2005), nesta mesma década inicia-se também um processo acelerado de desmatamento, associado à produção pecuária para carne de exportação, cultivo de soja, plantações de eucalipto para produção de celulose, exploração madeireira e atividades de mineração. Na década de 1980, os Ka'apor enfrentaram um processo de intensificação dos conflitos territoriais, quando cerca de 1.300 posseiros e madeireiros invadiram a Terra Indígena Alt Turiaçu, inclusive após sua demarcação e reconhecimento, em 1981, assim como também a Reserva Biológica Gurupi, extraindo grandes quantidades de madeira, especialmente de pau d'arco (*Tabebuia* sp.).

Na década de 1990, houve ataques às aldeias indígenas por parte de posseiros e madeireiros e contra-ataques dos Ka'apor aos acampamentos e serrarias estabelecidos ilegalmente dentro da Terra Indígena (Balée 2005). A luta pela defesa da Terra Indígena Alto Turiaçu permanece na memória dos Ka'apor como um evento histórico de grande impacto na sua vida. (López Garcés 2016:137)

Estes inúmeros conflitos forçaram outros deslocamentos dentro da Terra Indígena dos Ka'apor. Na intenção de proteger e vigiar sua terra, novas aldeias foram criadas em locais estratégicos, como é o caso das was Xie-Pihu-rena e Paracuirena em 2002 (López Garcés 2016) e a Axinguirendá em 2003, aldeia onde se desenvolveu esta pesquisa. Fernandes (1970) demonstra sua tese da guerra enquanto fato social e mostra os seus impactos nas formas de controle social que, seguindo a matriz funcionalista, é aquilo que orienta as ações coletivas e a socialização dos indivíduos, enquanto função social. Desse modo, a guerra tem sua origem e seu fim na manutenção da sociedade Tupinambá.

Esse autor mostra as conexões entre a guerra e a organização dos papéis sociais tanto como a educação das crianças, os atributos das faixas etárias e dos gêneros: os rituais de passagem, o status conferido aos guerreiros e aos pajés. Todas as formas de socialização que podem ser via de acesso ao que a ele, sendo funcionalista, chamava de *psicologia coletiva* que pode ser entendida como a relação entre a estrutura social e a subjetividade.

Para ele, até mesmo os próprios rituais antropofágicos dos Tupinambás estavam inseridos, assim como a guerra, numa lógica religiosa e espiritual de vingança entre as diferentes tribos inimigas. O inimigo capturado não era devorado apenas por sua carne saborosa e apreciada, mas por causa de seu espírito, e para isso, ao devorar seus cativos, os índios precisavam incorporar espiritualmente animais caçadores, como a onça. Consequentemente, Fernandes (1970) afirma que sociedade Tupinambá se mantinha sob permanente estado de guerra, pois ela integrava um todo funcional para a coesão em torno de sua própria organização social. O que por certo corrobora com a ideia de Clastres (2011) na qual não se pode conceber a sociedade indígena sem a guerra.

Numa sociedade oriunda dos Tupinambás, como são os Ka'apor, fica evidente essa concepção guerreira. Podemos perceber a partir das histórias já coletadas por Etienne Samain e algumas por mim. Inclusive, alguns rituais feitos para que um filho homem seja um grande guerreiro ainda é feito, apesar de não ter o mesmo efeito como antigamente. Geraldo Ka'apor, uma importante liderança, informou-me que fez o 'remédio' para que o filho crescesse rápido para a luta e corajoso, mas não funcionou, possivelmente porque a criança já comia muita comida de branco.

Mas o que levaria e como se deu essa adaptação para "a guerra no campo político", eleita como a nova e mais eficaz maneira de se fazer guerra contra o branco, desta vez o grande inimigo do povo indígena? Como me afirmou Iracadju Ka'apor, importante liderança da Associação Ka'apor Ta Hury, uma vez na aldeia Axinguirendá, quando con-

versávamos sobre as guerras de seu povo: “a guerra agora é diferente, é no campo do branco. Já não se usa arco e flecha. Temos que aprender a guerrear na política. É lá que as coisas realmente acontecem. É lá que temos nossa guerra agora”.

Diante disso, é a partir dos diários de campo e pesquisas realizadas por Etienne Samain enquanto esteve entre os Ka’apor em 1980/81 que desenvolvo esta proposta de estudo. É desse riquíssimo acervo que inicio essa jornada da sua pesquisa sobre os mitos, onde recolheu algumas histórias de guerra, que serão a base de minha pesquisa, juntamente com a forte e presente Associação Ka’apor Ta Hury do Rio Gurupi e meus amigos Ka’apor. A respeito das associações indígenas, que só começam a ter destaque e se livrar das amarras tutelares do Estado após a Constituição de 1988, lhes garantindo mais autonomia, João Pacheco de Oliveira afirma que: Esses conselhos e federações tinham uma existência de fato, como uma proposta de articulação política, mas não como instituições com personalidade jurídica e existência formal. Mas com a Constituição de 1988, as coletividades indígenas tiveram reconhecida sua capacidade jurídica de se fazer representar por si próprias, independente da agência indigenista. Isso contribuiu para que aumentassem, nos anos seguintes, as iniciativas de criação de organizações indígenas, que foram cinco em 1988, e oito em 1989.

Em 1991, já eram em número de 48; em 1996, chegavam a 109 e, em 1999, atingiam 290 (de Oliveira 2016:239). Para este autor, outro fator também decisivo para que realmente houvesse uma nova configuração política indígena no Brasil foi o fato de que as agências financiadoras passaram a destinar alguns recursos diretamente, desta vez sem intermediários tutores, para as comunidades-alvo e para iniciativas locais. Desta forma, as organizações indígenas começaram a serem vistas como as mais adequadas receptoras e executoras de projetos de desenvolvimento e de proteção ambiental no Brasil, e agora as Organizações não governamentais (ONGs) passaram a ser admitidas na condição de parceiros e fornecedores de assessoria técnica, apenas (de Oliveira 2016).

As aldeias, defesa e guerra

“Madeireiro é um bicho mesmo, vai entrando”.
Ximí Ka’apor

A aldeia Axinguirendá foi fundada para proteger o território ka’apor, constantemente invadido por caçadores e madeireiros. São as pessoas oriundas da aldeia Gurupiúna, a mesma que Etienne esteve nos anos 1980. Por decisão do grande cacique Pimenta, todos deixaram a aldeia velha para esta nova, numa viagem penosa e dura. Foram quase 300 pessoas atravessando a floresta, por 30 km (ou 50km, pois os dados estão imprecisos) para fundar esta aldeia, com o objetivo de proteger seu território dos invasores. Passaram muitas dificuldades. Outras aldeias são fundadas de maneira parecida, para proteger território ou ocupar uma habitação de invasores (López Gárces 2016; Balée 2005; Palomino 2017).

A fundação desta aldeia está ligada diretamente à defesa de seu território. Apesar de haver outras razões para as mudanças e deslocamentos, como uma das características do povo ka’apor, essas mudanças de aldeias e famílias inteiras vêm acontecendo regularmente apenas como forma de defesa.

No caso específico de Axinguirendá, a mudança de toda a população de Gurupiúna para a esta nova aldeia se deu como uma estratégia de defesa do território. Esta é uma estratégia que já acontece com certa frequência em Alto Turiaçu. Como salienta Palomino: a partir de 2001, com a criação de Xiépyhũrendá, criada para proteger a área da invasão madeireira, os Ka’apor começam a criar mais aldeias com este fim. Assim, Paraku’y renda foi criada em 2003, Turizinho em 2007, Gurupiúna em 2012, Ypahu renda 2014, Iahu renda em 2015, Jaxi puxi renda em 2015, Kaju’i renda em 2015, Eirehurenda em 2015 e Tupixi em 2016. (Palomino 2017:45)

Palomino, em sua dissertação, cita Gurupiúna como sendo fundada em 2012. No entanto, acredito que ela se refere a Axinguirendá, apesar da data ser diferente da que me informaram que, segundo

dito anteriormente, teria sido fundada pelos moradores de Gurupiúna. Desta forma, assim como todas as aldeias mostradas por ela, a Axinguirendá também foi criada para defender o território e barrar as invasões e extração ilegal de madeira. Essa estratégia tem se mostrado bem eficiente, diminuindo as reincidências de invasões. São muitas as histórias de invasões, e criação de vilarejos inteiros de pessoas que, hora ou outra, entram em confronto com os ka'apor, gerando verdadeiras guerras.

Quem me contou a história do nascimento de Axinguirendá, foi o seu atual cacique Ximí e Rossir. A luta e a preocupação com o território sempre foram constantes na vida dos ka'apor, onde por vezes tinham que guerrear verdadeiramente. Ximí acompanhou todo processo de mudança de Gurupiúna para Axinguirendá. Ele conheceu o cacique Pimenta em Gurupiúna, logo depois de casar. Se tornaram amigos e ele passou a acompanhá-lo. O período de 2002 e 2003 foi marcado, segundo Ximí, por muitas invasões.

Ele me relatou que parentes que andavam pelas áreas onde hoje é a aldeia Axinguirendá ouviam muito barulho de motosserra de caminhões. Tudo se complicou pela proximidade desta região do Centro do Guilherme, facilitando o escoamento da madeira retirada. Temendo mais invasões e problemas, Pimenta fez uma grande reunião na aldeia Gurupiúna e propôs mudarem para esta área, como ponto estratégico de defesa do território. As pessoas concordaram e começaram a planejar a mudança. Primeiramente um grupo de 15 ka'apor foram escolher a área, nesse grupo está o cacique Pimenta e as lideranças, além de pessoas que queriam conhecer.

Comunicaram ao chefe da FUNAI da região - chamado Potiguar - de sua decisão e tiveram seu apoio. A grande mudança aconteceu em 13 de setembro de 2004. Todos vieram ao mesmo tempo, num grande êxodo ka'apor. A viagem foi longa e penosa. Homens, mulheres, velhos e crianças tiveram que vencer os 32 quilômetros a pé ou sobre o lombo de jumentos, atravessando a floresta. Dias depois, quando chegaram, fizeram as primeiras habitações, e sem nada de

roça, sem nada de farinha a não ser a trazida da antiga aldeia. Ainda foram derrubar a mata, alugaram motosserra para isso, para fazer as plantações de mandioca. Passaram fome, como me disseram. Por algum tempo coletaram cipó títica na mata para trocar por farinha com comerciantes do Centro do Guilherme, receberam cestas básicas da FUNAI. Ximí me conta um pouco como foi difícil esse início:

“Não tinha nada né? De farinha. Nada, nada, nada... Vai chegar aqui nessa aldeia velha. Chegava lá torrava.... Plantar mandioca, demorava cinco dias para chegar (da aldeia velha para a nova) [...] não tinha nada (na aldeia nova). Ai vinha para cá e é fechado tudo só mato. Só tinha mato! Ai depois nós vamos, vamos.... Derrubava. Ai a madeira ficava aí com dois anos, ia criando aí. Um ano tá aí, para ficar crescendo a mandioca, para crescer né? Ai foi nesse dia (tempo). Roçava, plantamos, não tinha nada. Nesse tempo, ficamos para cá (aldeia Axinguiendá). Foi difícil isso aí. Estava tudo sujo ainda [...] não tinha nada só Lameiro aí... Só o Jerico (trator) que chegava para cá. Para o Centro do Guilherme... (fizemos isso) Para defender nossa terra dessa invasão. Não tinha roça, não tinha nada. Para defender dessa invasão, (dos) caçadores. Para defender. Ficam para cá [...], mas não tinha nada nesse tempo. Nesse tempo que nós tivemos para cá era só mata fechada. Ai nós tínhamos que derrubar. Roçava. Tacava fogo. Plantava, nós pegamos a maniva lá na aldeia velha (Gurupiúna), lá na nossa aldeia, trouxemos para cá todas as coisas na costa para cá. Crescendo 1 ano. Ai a maniva fica crescendo 1 ano. 2 anos” (Ximí em entrevista com o autor).

Acredito que apenas um cacique com muita autoridade, como era Pimenta, poderia sugerir a transferência, o abandono de uma aldeia inteira e criação de outra nova, além da extrema necessidade de proteção do território, sempre ameaçado. O primeiro cacique de Axinguiendá foi o mesmo de Gurupiúna: Pimenta. Depois dele assume Renaxi, e depois Perí. Com sua saída, Jerônimo assume, e finalmente, Ximí. A autoridade em Axinguiendá atualmente é dividida e compartilhada entre o cacique e as autoridades. Assim está dividido o poder: Cacique Ximí e as lideranças Rossir, Valdir, Xipí, Fernando, Tuahu. Para eles, dessa forma fica mais fácil comandar e fiscalizar o território e podem, também, “lutar em várias frentes” ao mesmo tempo. É im-

portante frisar que Axinguirendá é uma das aldeias que reconhecem a autoridade da Associação Ka'apor Ta Hury. Rossir Ka'apor, numa de suas conversas comigo acerca da fundação de Axinguirendá, me diz:

“Eu morava em Gurupiúna... aí depois mudei pra cá, por causa de muito madeireiro entrando aqui na área. Para proteger nosso território. Aí nós, primeiramente, nosso cacique aqui (era o) Pimenta...Cacique tem (precisava ter muita) autoridade, só ele mesmo (Pimenta disse): ‘agora, a partir de hoje, nós vamos mudar pra cá, né? Perto do Centro do Guilherme daqui, 25 km. Aqui nós vamos proteger nosso território”.

Todo esse sofrimento e transtornos para proteger o território, até mortes aconteceram, foram feitos pela intromissão do carai no território ka'apor, o que já acontece há muito tempo. Se não fosse a necessidade de barrar as invasões, certamente essa migração em massa não aconteceria e muitos problemas jamais teriam acontecido.

As histórias que Ximí e Rossir me relataram deixam clara a lembrança ruim que estas situações deixaram neles, de forma profunda e real. A falta de comida, a dura viagem, as doenças e os contratemplos pareciam, sempre, melhor que as invasões e suas consequências devastadoras. Com o passar dos anos as coisas foram se arrumando. As casas foram construídas, as roças cresceram, a farinha já pode ser feita. Em 2013 foi construído um posto de saúde em Axinguirendá, onde uma enfermeira fica 20 dias por mês e possui ainda dois assistentes de enfermagem ka'apor, Xipí e Valdir. Garantir o respeito a seus relatos e de alguma forma auxiliá-los e divulgar tudo isso – durante as entrevistas e a pesquisa disseram que precisavam contar essas histórias – ter essa preocupação sempre presente, é o princípio que parto.

Aldeia Axinguirendá de hoje

Atualmente, após o difícil período de mudanças, adaptações, construções e muito trabalho, Axinguirendá vive uma relativa estabilidade. Um Posto de Saúde foi construído em 2013 e a saúde na al-

deia melhorou muito. Nele fica uma técnica de enfermagem 20 dias por mês, ela é auxiliada por dois moradores da aldeia, Xipí e Ximí, que tomam seu lugar durante sua folga. Pude presenciar por várias ocasiões a relação de confiança e carinho que ela estabeleceu com as pessoas da aldeia, ela é chamada de mamãe pelos mais velhos, que a obedecem sem titubear, mesmo quando precisam ser furados com medicamento injetável.

Muitas famílias recebem auxílios do governo, como aposentadorias e bolsa família, o que lhes dá alguma renda. A caça ainda é praticada e a língua é muito fortemente falada, por todas as pessoas. Também há cinco professores na aldeia com a educação bilíngue feita em uma pequena escola, que já prometeram ampliar e estruturar - um vereador garantiu que o fará em breve. A farinha ainda é a base da alimentação na aldeia e várias casas de farinha podem ser vistas espalhadas. As famílias possuem suas roças afastadas da aldeia, ainda parecidas com seus antepassados, onde cultivam a mandioca e outras 60 espécies diferentes nesses espaços de cultivo (López Gárces 2016).

Aldeia Turizinho, a ‘Brasília’ do povo Ka’apor

Turizinho é chamada de Brasília do povo Ka’apor porque é lá que mora Iracadju, cacique geral e presidente da Associação Ta Hury do Rio Gurupi. Seu pai Petrônio foi quem fundou a aldeia, sempre com a necessidade de proteger a terra. Iracadju tem sempre grandes ideias e uma consciência de tudo que acontece no mundo, além de um enorme espírito de liderança. Iracadju assumiu seu posto em 2010, após alguns anos participando da Associação. Ele me relata que não falava português, apenas acompanhava as reuniões, sua motivação era o ideal de defender o território.

Ao me explicar sobre sua liderança, Iracadju me diz que “abraçou a causa”, ressaltando a importância de ter essa figura na linha de frente. Ele aponta que os mais velhos têm dificuldade e medo de ir à cidade: “tem medo da gripe, medo de ladrão, dessas grandes indústrias, podem acabar com a gente”. Ele ressalta o quanto a visão dos brancos

de que eles, os indígenas, estão “guardando uma riqueza” ao estarem no território os incomoda, e o quanto é essencial a sua organização social interna para defenderem seus direitos. Aqui transcrevo uma longa conversa que tive com cacique Iracadju:

“[...] Eu só gostaria de falar um pouco sobre a nossa luta que os mais velhos sempre vêm lutando... a luta em defesa do seu território. Então cada povo tinha seu território. Mas as vezes essa briga era... essa guerra era normal. E cada um tinha que respeitar o território do outro. Mas assim quando colonizaram nosso território, hoje o pessoal fala... nosso Brasil né, foi dividindo estado, depois municipalizando, e aí isso... trouxe uma guerra mais territorial. Mais assim... povo... assim... acabar também com a sua cultura, a sua tradição, convivência também do seu jeito de morar no seu território. Então veio muito coisa ruim, aconteceu muitacoisa ruim, e os Ka’apor tinha dois territórios. No Pará e no Maranhão. Os Ka’apor sempre ficavam nesse território. Então a gente sofreu muito com isso, chegou também o sarampo. Acabou com metade dos Ka’apor. Em 1980, sobreviveu Ka’apor... só 600 pessoas. Quase os Ka’apor foram extintos. Eu me preocupo muito com isso... porque não tinha nenhum atendimento específico para os Ka’apor. Alguns sobreviveram... o sarampo... os Ka’apor não tinham esse conhecimento.

Como curar. Então pensavam que era gripinha. Enfim [...] aí perdemos muito nosso ritual, porque os pajés morreram, os guerreiros morreram então [...] isso é muito triste de contar essa história. Da um arrepio na gente porque a gente se coloca no lugar que hoje estamos aí enfrentando ataque, ameaças né... gente morrendo no território, ao redor do nosso território. A gente é circulado... cidade, povoado, cada vez crescendo. Então é isso. Depois que a FUNAI tentou [...] assim [...] tipo [...] ter contato, depois que a FUNAI teve contato, o que que acontece?... surgiu algumas equipes pra tá trabalhando em pesquisa e projetos [...] essa é a minha expectativa. A FUNAI deveria pensar dessa forma e criar uma alternativa [...] um projeto mesmo poder nossa autonomia de política também, trabalhar com nosso povo. Mas aí foi ao contrário, a FUNAI não fez isso ne, eles só... assim... dificultou algumas coisas, claro que teve um recurso pra contratar qualquer pessoa profissional, mas enfim. Aí é isso, mas os Ka’apor também tinham muito... bravo né, era muito bravo ainda, a gente não pode nem dizer que... pensamento dos Ka’apor naquela era esse.

Em 1930, aí era só Ka'apor bravo mesmo. Largava flecha, era tudo assim tipo preparado mesmo né. Então enfim, quando foi agora 2000 [...] 1980 [...] 98[...] não, 92 digamos assim. Teve uma operação grande que os próprios Ka'apor se juntaram, mais de 200 pessoas foram monitorar seu território, aqui no limite. Então fizeram a vigilância do seu território. Encontram muitas fazendas, muitos moradores também aqui. Então isso chocou muito as lideranças mais antigas, esse tempo eu só tinha 8 anos eu acho [...] 8 a 10 anos. Então a partir daí as lideranças maiores tomaram a decisão que a gente tem que criar uma organização dentro do nosso território pra nos representar. Dizer que somos lideranças, somos cacique, somos v vamos dizer que somos capazes de proteger nosso território. Então a partir dali surgiu escola também, onde os mais jovens estudaram também, eu também comecei... [...] chegou 2001, teve uma operação grande, operação "ave de fogo", e tirou todo mundo do território e ficou essas aberturas... pastagens no nosso território. Então só que em 82 o território foi demarcado, aí existe esses documentos, os juízes determinaram que tinha que sair, invasor tinha que sair da terra indígena Alto Turiaçu. Então essas histórias, o pai ainda tá aí, o Valdemar ainda tá aí, eles contavam essas histórias pra gente em Taraná, aldeia que eu nasci [...] Taraná. Então isso aí... passaram essas histórias, contaram as histórias pra gente, a gente tem que também pegar o ritmo da luta deles. Porque amanhã eles não vão mais estar com a gente. Pois a vida da gente é passageira. Então por isso eles tem que formar a gente. Então hoje nós estamos na linha de frente com a Associação, Associação foi criada em 2001 e aí nós assumimos essa gestão de trabalhar com proteção do território. E é onde a gente também tá discutindo nesse período, a gente discutiu muito do plano de vida Ka'apor. Como nós estamos vivendo, como nós temos que manter nossa floresta, nossa cultura, e sempre ser Ka'apor. Nós Ka'apor sempre tem essa maturidade, essa cultura de dizer que nós nunca vamos virar *carai*. Nós sempre temos que ficar firme como Ka'apor, independente da pessoa saber ler, se formar, mas sempre ser Ka'apor. Essa cultura é muito forte pra nós. Então os mais velhos entenderam isso.

Dá essa educação pra gente, tinha essa preocupação. Ainda hoje né. Tá aí o pai presente (Petrônio, grande liderança que a passou para Icaradju anos atrás), sempre aí com a gente ainda. Ele disse que a gente tem que ficar firme, não pode mudar a ideia. Então é isso, desde que eu assumi... em 2008 que eu comecei a participar, até 2010... assim só participando em reunião, ainda não fui liderança. Foi 2010 que eu assumi, que nós mudamos pra cá, em 2007,

assumi a liderança. Aí comecei a acompanhar, ganhar experiência, participar de reunião, eu não falava português, eu só acompanhava. Só que tinha essa ideal de defender território, nossa causa.

Então por isso é importante a gente discutir nossa organização social interna, nós temos que estar vivos, temos que estar prontos, unidos, organizados, próprio pra defender nossos direitos. Constituição, instituto, ong governamental, município querem aproximar da gente [...] querem tipo assim [...] traír a gente. Ou destruir a cultura, a gente tem que ser muito franco com essas pessoas. Que nós temos que dizer o que nós queremos, o que nós aceitamos e o que nós não aceitamos. Então somos moradores daqui do nosso território sempre, e nós sempre vamos permanecer enquanto nós vamos vivos, quando nos morremos, vamos sempre ficar com nosso espírito junto com lideranças novas que vão surgindo também. Então é isso, a gente só... só nós que entendemos isso também né, porque muitos guerreiros morreram, mas quando a gente lembra das pessoas, parece que eles estão juntos com a gente.

Então a gente acredita muito na nossa cultura nesse caso. Então é isso. Por isso sempre falo que a nossa luta hoje continua, mas é uma forma diferente agora. A gente tem que mostrar também pra sociedade *carai*, política. Por exemplo, se eles tão destruindo, tão tirando a madeira, tão fazendo barragem, nós temos que ser muito francos com eles, que eles têm que respeitar a gente. Com diálogo, com grupo, pode ser que vá impedir algumas construções no território. Mas se não tiver um papel, falando que o juiz assinou porque é direito do povo indígena daquele território, eles são povo originário daquele território, com certeza vamos ter mais forças e grupo apresentado naquele momento dizer que nós nunca vamos aceitar esse tipo de projeto, ou no limite ou dentro do nosso território. Pode ser até que alguns moradores do povoado, cidade aceitar aquilo, mas nós nunca vamos aceitar. Porque nós não queremos ficar mais perturbados que hoje a gente já está.

O que eu quero dizer com isso? Nós estamos na aldeia, nós temos a floresta, nosso povo, nossa língua, trabalhando do jeito nosso. Tiver uma empresa aqui na Conquista, por exemplo, Nova Conquista, isso vai incomodar nós. Como vai incomodar? Vai chegar mais gente, vai chegar mais [...] vai aumentar mais comércio. Vai aumentar ainda mais a parte de droga, tráfico, vai aumentar, entendeu? Então, pra isso nós temos que olhar muito pra nossa cultura e estudar também. Conhecer, buscar essa capacitação. Palavra que fala assim, qualificar melhor pra lutar. Ninguém pode dizer que os índios não mandam aqui. Não, os índios vão permanecer. As auto-

ridades tem que pensar dessa forma. Os índios vão permanecer aí, porque é território deles. A gente não pode mexer.

A guerra até agora não parou. Continua. Mas se nós não se organizarmos, não criar uma regra dentro do nosso território, nós vamos sempre está forte no nosso território. E por isso, os povos, né, aqui do Brasil, no Acre, Munduruku também, conheço um pouco também lá no Amapá, acho que é Amapá, são os wanhâpi, eles têm uma maneira de se apresentar pro governo. Criaram, criaram não, eles têm hoje seu regimento do... regimento interno. Vamos dizer que protocolo de consulta. Isso também pode impedir algumas empresas de não construir ao redor do território. Mas assim como eles tão botando dinheiro nos temos que fazer de tudo também, se fortalecer.

Fortalecer pra poder viver sempre no nosso território. Então é um pouco isso que eu queria falar da guerra. E muitas as pessoas que hoje ta fraco, ne, assim [...] termo de cultura, língua e isso sua morada. Seu jeito de comer... hoje muitos parentes não tem seu território, só tem um quintal. Dessa forma governo tem poder de... vamos dizer que [...] acabar com a gente. A gente não tem uma casa especifica pra se defender. Agora se for num território como essa aqui, existe muitas riquezas ainda, nós vamos trabalhar da nossa maneira, um projeto... não agropecuário, não é isso que tô falando, um projeto de vida, aquele projeto pra manter nossa cultura. Manter nossa casa, nossas lutas, nossa vigilância, então esse projeto de vida que eu falo. Então nós temos poder ainda pra defender.

Ter esse poder pra definir e defender nosso território. Então sempre preservar conhecimento cultural nosso também. E urucum, com penas, língua, canto, então assim a gente fica forte. Se a gente não tiver mais a língua, aí você falava ontem... com o Tok. Tok não sabe mais a língua, agora estamos resgatando. É um trabalhão que vamos ter. Pois pra nós aqui não existe isso ainda. Existe só aqui na beira do Gurupi. Só que isso aí misturou. Ka'apor casou com *carai*. Aí fez filho e não quer ficar com o povo. Tudo isso os mais velhos também contam. Antes de acontecer eles já contam. Por isso eles falam que hoje nem os mais novos não pode dizer assim não eu quero meu jeito de viver, quero é ficar com essa família, esse povoado. Nunca! Porque ele já tem exemplo. Então ele já tem a pessoa, assim, já tem esse exemplo. Então nós temos que acreditar em nossos mais velhos, em nós mesmos. Então respeitar cultura diferente. Não importa chegar americano morar bem ali, deixa ele morar. Mas não incomodar nós. Então cada um no seu território. Então é isso um pouco da guerra que quero falar.

Os *guardiões* foram formados assim. Nós Ka'apor, nós jovens... não é só nós jovens. Os mais velhos vinham fazendo monitoramento do seu território. Desde quando vai caçar antigamente, levava toda a família, já faz parte de monitoramento. Nós só mudamos o nome. Hoje os Guardiões. Só mudamos a atividade também. Por exemplo, antigamente Ka'apor não fazia picada grande. Porque? Porque não tinha invasor, não tinha *carai* perto. Eles caçavam normal. A família, um mês caçando, chegava com um bocado de caça. Então só mudamos o nome. Porque hoje nós criamos guardião? Guardião da floresta. Porque é uma forma de buscar conhecimento, uma forma de buscar passar informação pros Caciques. Tipo, tá acontecendo, em tal lugar tem gente, entendeu? Tem gente! Ai quem pode... onde a gente pode passar informação. Assim surgiu guardião. Então hoje nós temos coordenadores locais, por comunidade. Por aldeia. Existe coordenador geral, né, que é o Xuxure. Assim como sou coordenador geral da Associação, eu cuido mais da parte de gestão da Associação, projeto... alguns recursos... quando a gente faz o plano, porque os Guardiões já vinham trabalhando. Nós vínhamos trabalhando no monitoramento. Isso sem apoio. Sem combustível, sem carro, sem drone, sem câmera, sem nada.

Cadê a foto? Cadê coordenada? Ninguém acredita. Então surgiu aqui no Maranhão também o Mosaico Gurupi, juntou oito terra porque a nossa luta é igual. Guajajara, Guajá, Tembé, Ka'apor, era tudo mesmo sistema. Então Mosaico juntou liderança, escolheu algumas lideranças do território, escolheu também as Universidades, polícia federal, FUNAI, frente, né. Aí tem SEMA, essas pessoas que são responsáveis das secretarias. Porque, por exemplo, polícia federal era pra fazer fiscalização direto na terra indígena, não era BPA, não era outro tipo de policiamento. Tem que ser polícia federal porque é eles que cuidam disso.

Aqui na terra Alto Turiaçu. Isso não aconteceu porque quando pandemia chegou, né. Como o Greenpeace é internacional, eles ofereceram uma câmera, drone e um monte de bolsas, mochilas e essas coisas. Só que chegou a pandemia e parou tudo. Mas nós conseguimos fazer três oficinas. Faltou a última, aí não aconteceu. Primeiro foi lá no Awa, na base. Ai segunda foi lá na Araribóia, terceira foi aqui no Tembé. Aí finalizou aí. Não teve, a quarta era ser aqui. Aqui era pra ser só entrega dos materiais que não entregaram. Não aconteceu isso. Aí os meninos receberam, eles foram escolhidos, 4 pessoas. Marquinho, que também acompanha mais. Kawurixã, ele aqui, ele não... E Yuriapitã. E Menanté. Os 4 foram

escolhidos. 5 comigo porque disseram que cacique também tem que acompanhar. Mais experiente, então acompanhei com eles. Até Valdemar participou uma vez. Só que ele foi só convidado. Pode participar mais, só que os 4 são os mais garantidos. Fez a capacitação, por isso o Xuxure tem um pouco desse conhecimento, de pegar o ponto, um celular também que entregaram. Eles também fizeram um aplicativo só pra tirar o ponto, foto. Porque celular tem mais função pra isso. É pequeno, é bom pra levar pra qualquer lugar. Então alguns guardiões daqui esses 4, já teve essas experiências. Então por isso existiu guardião, está aí registrado, né. No papel. E a Associação também apoia algumas atividades, por exemplo, aqui por ano nós começamos se organizar assim [...] 4 atividades por ano que os guardiões tem que fazer. Esses 4 pode... como é que pode acontecer? Por exemplo, nós temos que olhar pra região. 4 regiões onde tem problema maior. Como é que funciona isso? Aí a Associação, nós fazemos a reunião, por exemplo, agora nós queremos fazer em janeiro, no Rio. Associação se prepara. Quando guardião... eu tenho que conversar com Wuarixá, que é coordenador geral, chama o coordenador local, faz a reunião. Tal período nós vamos fazer uma vigilância no rio, por exemplo. O que vamos precisar? Combustível. Quantos litros? É tanto. Alimentação? É tanto. Vai ter dinheiro pra apoio, pra ajuda de custo do guardião? Vai. Então nós vamos ficar quantos dias? 10 dias. E nós pode até passar mais porque o trabalho é nosso. Então por isso esse dinheiro, ajuda de custo, é só uma ajuda de custo.

Associação não tá pagando diária, se for diária pro pessoal da Polícia Federal. Porque eles são pessoal de fora. Nós não pode receber diária. Isso tá no regimento do projeto também. So apoio. 10 dias, vão receber mais ou menos 2.000 reais cada um. Aí vai deixar algum dinheiro pra mulher, né... aí vão trabalhar 20 dias. 10 dias de diárias, mas 20 dias nós temos que trabalhar porque esses 10 dias... nós vamos proteger nosso território. Aí o que vai acontecer. Lá vai ter também peixe, caça, um monte de coisa vai acontecer. Então vai uma pessoa específica só pra tirar foto, registrar, então esse tipo de pessoa nós ainda não estamos preparados. Nós tamo ainda buscando mais experiência e também capacitar mais os meninos. Aí ele aqui foi escolhido pra trabalhar com câmera, por isso que ele que é responsável dos guardiões. Aí ele precisa muita capacitação. Então ele era pra ser um Irawí também. Só que Irawí, ficou muito assim... a mulher ia botar chifre nela, não sei o quê... aí ele desistiu. Hoje ele tá sozinho, como tem aquele projeto que ele mostrou, aquele papel, aí 8 pessoas de cada terra que vai participar. Ele me disse

que vai continuar, que era pra ser 2 lá da aldeia dele, 2 do Paracuí, 2 daqui e 1 do Iwera e 1 do Zé Gurupi. Porque nós criamos essa região? Porque facilita pra gente buscar essas pessoas pra poder andar com guardião. Não é só da capacitação deles em vão. Depois que eles entregar também... eles vão receber algum equipamento também.

Aí como a gente já tem eles vão dividir esse equipamento. Aí eles vão coletar material. Depois juntar, botar no computador e guardar. Aquilo que vocês falaram. Deixar no patuá. Por isso eu, pela Associação, eu consegui outro projeto, projeto do SADE, outro computador. Era pra ser construído com uma casa aqui e instalar computador. Justamente pros guardiões, aqui em Turizinho. Só que depois que a gente fez o projeto, aprovou, mas na hora de botar dinheiro pessoal do SADE não aceitou, porque eles não querem construir a obra. É só equipamento. Então nós pegamos um pouco de recurso pela Associação, da Vale, por isso estamos tratando aquela construçãozinha bem ali. Estamos reservando uma sala lá só pra instalar computador. computador já tá tudo comprado. Tá lá na associação guardado. Depois que eles entregar aqui vai ser só aquilo que falei. Que vocês tiverem por aqui vocês ajudam a instalar. É isso. Tamo indo ainda estruturando guardião. Daqui 40 dias. Dois meses. Agora [...] tá terminando.

Só acho que antes. Daqui uns 25 dias vão entregar. Aí sim. Tendo a casa aqui, computador instalado, aí os parceiros... por isso que falei pra vocês, vocês têm que colaborar com a gente, ajudar a gente. Vocês já sabem... só combinar e os meninos vem tudo pra cá. Independente desse projeto que eles vão participar. Isso vai acabar daqui pra 4 meses. Aí nós precisamos fazer continuidade do processo de conhecer mais computador, edição, fazer filme. Alessandro sabe muito bem disso aí.

Aí deixa eu falar outra forma. Dessa forma que hoje o guardião tá trabalhando. Buscando informação. Esse trabalho que a gente faz, monitoramento e vigilância, isso transforma também em operação, sabe porquê? Porque estamos pegando o ponto tudinho, aí manda informação lá pra polícia federal, FUNAI, aí vem operação grande. Aí vai só dois guardiões que conhece e vai acompanhar com eles. Só que tem que ter muito cuidado, não pode expor. Porque operação é operação. Aí quem vai ficar é nós. Aí vai sujar nosso nome. Aí isso sempre acontece, as vezes eu participo, antigamente era só eu, agora é Acuruyixã e ele aqui também já participou da operação. Existe essa função.

Até os carai, os madeireiros ficam assustados com isso. Nós já fizemos monitoramento aqui no limite, aí nós encontramos muito aquelas toras. Aí nós pegamos as fotos, eu mandei pra polícia federal. Aí mandei e começou [...] assim [...] revoltar. Ah os índios aí tão invadindo, eles falam só fofoca. Aí diz que nos queimamos caminhão, aí pensa que não lá vem polícia agora. Não sei quantos caminhoneiros vem ali. Prendeu gente aí ficaram quieto. Não, os índios... isso aí são os índios de lá. Porque os guardiões tem armamento, pensa que é polícia. O trabalho dos guardiões demonstrou muito certo pra gente, deu certo até, nunca deu problema. Porque se nós prendermos, nos bater, levar pra cidade os madeireiros, vai criar muito problema.

Porque anterior aconteceu isso. José (se refere a Zezinho, um antropólogo não indígena que lhes causaram muitos problemas) com aquela questão do espancamento de madeireiros que repercutiu mundialmente) fez muito problema aí. Por isso nós não quer trabalhar mais desse tipo. Enfim, então dessa forma que guardião tá amadurecendo também. Não é só andar com pintura, não, nós já falamos com muitos moradores aqui. Nós queremos defender nosso território só. Nós não queremos vocês dentro do nosso território. Porque ali é nossos mercados, aí nós tamo colhendo peixe, nós tiramos caça, tudo é ali. Sustentamos nossos filhos. Aqui vocês têm comércio, tem boi, tem gado, frango, peixe. Vocês sabem trabalhar com projeto, nós não temos isso. Se for uma coisa, nos ter um projeto coletivo, é porque é escolha nossa. Não tem nada a ver com vocês. Nós não podemos nem contar pra vocês também, nosso projeto é outro. Então hoje já entenderam, pessoal aqui era bravo. Invadiram até Turuzinho aqui. Foi em 2015. Veio 100 homem aí armado, porque José fez uma besteira aí sem nós saber. Mas a partir dali nós tomamos nossa decisão aqui. Então o trabalho dos guardiões tá dando certo e eu sempre estou orientando-os, vamos trabalhar assim dessa forma... com ignorância não. Nunca! Nós não vamos resolver com isso. Vamos resolver no papel, fazer um ofício, mandar pra FUNAI e cobrar. Cobrar isso e acontecer a operação. Porque quem tá errado é eles, nós não tamo errado. Se nós tivermos errado, nós tamo matando boi, nós tamo com medo de passar ali, não. Mas sempre quando vamos fazer uma vigilância também nós reunimos aqui. Fecho portão aqui e lá. Ninguém vai pro povoado. Leva um mês. Vamos esquecer, vamos nos preparar. Vamos trazer bastante combustível pra cá, alimentação, o que necessário pra comprar vamos comprar. Vamos deixar final do mês nos vamos direto pra cidade. Por isso que não saímos muito pro

povoado. Agora mudaram. Já entenderam que não nós não queremos com ele, nós queremos o bem deles também.

Então tudo isso é trabalho dos guardiões. É assim que hoje estamos trabalhando. Condenado, foto, vídeo, pequenos vídeos, precisamos melhorar? Precisamos melhorar mais. O que temos que capacitar? Será que eu? Eu já sei meu papel, meu papel correr atrás das coisas. Quem tem que capacitar é os meninos. Eles têm que se capacitar. Eles um dia tem que dizer assim, eu trabalho com fotografia. Sou formado só na câmera. Ai o outro diz, sou gestor da minha escola. Sou professor formado. É isso que eu quero! Outro vai dizer, sou juiz. Sou advogado. Tô pulando longe, mas quem sabe. É isso que falo pros meus parentes aqui. Ó, eu sou, não sei o que ambiental, vamos dizer assim. Engenheiro. Nós temos que acertar essas [...] certificado. Depois que nós ter essa em mãos, resultado, né, que nós vamos só produzir. É uma coisa também que a gente está discutindo muito é parte da sustentabilidade. Nós temos que melhorar mais a sustentabilidade. Melhorar como? Trabalhar mais coletivo. Só dessa forma vamos conseguir porque somos povo tradicional. Somos um grupo só. Cada aldeia tem que trabalhar junto. Porque nós comemos chibé junto, nós fazemos reunião junto, festa junto, nós moramos junto, somos família. Porque não faz trabalho junto também? É isso que o projeto vai apoiar. Não eu fazer uma rocinha aqui, uma rocinha ali. Projeto dá certo assim. Porque essa é a ideia do branco. Por isso nós temos Kupixa pu'a (cartilha sobre a roça circular Ka'apor), podemos até mostrar pra vocês. Nós não plantamos todo tipo de agricultura também por conta que a gente não tem muita semente aqui. Eu mesmo não tenho tempo. Mas estamos conseguindo, plantamos 50 pés de banana, plantamos macaxeira, mandioca, nanan, abacaxi, cará, batata. Tá aí. Isso pra nós... nós queremos tirar semente. Cada vez tirar mais. Estamos resgatando semente. Cultura nossa. Então é isso que a gente pensou também. Todas as ainda aldeias precisam entender isso. Mas estamos fotografando, tamo fazendo relatório com apoio do Jairo, por isso que Jairo tá aí. Aquele cara [...] menino alto que tá aí. Até foi agora. Ele veio aí pra nós capinar, só que não teve tempo então voltou. Essa semana vai voltar. No projeto também botamos um contrato de um técnico pra acompanhar.

Então é isso, eu falei pra ele: nós temos muita coisa pra acompanhar por isso fazemos de pouquinho em pouquinho, mas tá dando certo. Vamos trabalhar de pouco em pouco. Alessandro pode até entender isso agora porque esse dia todo eu nem parei aqui. Tá

acontecendo até alternância também agora. Mas nós temos trabalhado dessa forma, não pode parar. Se parar é pior. Mas é isso. É uma construção, nós tamo se... como é que chama, nós tem que se formar, nós tem que construir mesmo junto. Então uma coisa que tamo discutindo muito é isso daí. Aí vem bolsa preguiça, bolsa família. Também tem muito parente por aí... *carai* tão enrolando com isso aí.

É um problema sério que ta acontecendo no Brasil inteiro vamos dizer assim. Porque parente não sabe sacar dinheiro, aí daí pro *carai* mototáxi, aí ele dá 50 reais, 20 reais, fica só enrolando parente. Parente não faz roça, não tem dinheiro, não tem nada. Aí fica na preocupação. Então existe muito esses problemas. Aqui a gente não tem esse problema. Aqui em Turizinho não. Pode perguntar, cartão todo mundo tem aqui. Porque eu sempre falo, nós temos que dar exemplo pra outras aldeias.

Nós podemos fazer um filme, um filme dos guardiões na floresta, mas tudo trabalhado de uma forma organizada, entendeu? É isso, é possível fazer isso aí. Quem que não quer assistir [...] a Globo mesmo... pode alimentar eles também. Ó, tá aqui, povo Ka'apor tá fazendo esse tipo de trabalho aqui. Então a gente pode [...] até o Pistola mesmo tem alguns contatos de televisão. Por exemplo, esqueci o nome da menina [...] ela passa de manhã, né. No jornal. Passa de manhã na Globo. Então ele tem esse contato. Então sempre Pistola alimenta. Eu não tenho contato, mas ele tem mais contato. Porque ele tem alguns parceiros aí ele divulga.

Então é isso. Só somos um povo originário, Ka'apor mesmo, Ka'apor te! Nós podemos produzir mais cocar, fazer muita flecha, nós temos que fazer uma casa de guardião dentro da floresta, guardar todos [...] aquilo que falamos o Patuá. Mostrar isso também, valorizar. Então quem que não quer, quem que não vai assistir isso? Todo mundo quer coisa diferente. Mais pelo cuidado também. Então essa é a dificuldade hoje que a Associação tem. Não estamos conseguindo acessar, divulgar a gestão do nosso trabalho mesmo. Mas assim, durante esse ano, nós fizemos muita coisa. Tá construindo a casa aqui, fizemos caminho de acesso no limite com esse apoio. Tamo fazendo ampliação da Associação, fizemos um poço artesiano lá no Piim, perto do Axingui, outra aldeia nova. Que mais? Tamo realizando alternância de estudo, entendeu? E sem pedir apoio dos parceiros, aqui é só a Associação e estado, contribuição do estado porque os professores são contratados pelo Estado. Então é isso, tamo conseguindo agora, se organizar melhor pra divulgar”.

Aldeia Ywera, uma aldeia de defesa

A aldeia Ywera foi, como tantas, fundada para proteger o território do povo Ka'apor, que estava, nesta área, sem proteção por ser afastada de outras aldeias. Possui apenas sete famílias, o cacique é Quitirano e Marquinho é liderança da aldeia, e é ele que me conta como foi para acontecer essa fundação. Primeiro, eles se organizaram na aldeia Turizinho. Se reuniram com vários caciques e conversaram em várias aldeias. Tinham planos de fazer uma nova área de proteção para impedir a destruição do território pelos madeireiros, mas foram impedidos pelo início da pandemia de Covid-19. Então apenas em 2021 conseguiram se deslocar, com o auxílio da polícia militar. Inicialmente, apenas os homens foram para a nova área, pois Marquinho relata que não havia casas, eles acampavam perto do rio. Foram construindo as casas no verão.

Ele ressalta que essa estratégia de proteção do território é feita há muito tempo, reivindicando o que ele chama de 'lugar dos antigos' – onde os ka'apor mais velhos moravam antigamente. A Associação tem um lugar essencial nessa luta: ela auxilia na reivindicação e na construção das aldeias novas, oferecendo transporte, por exemplo.

“Junto com os caciques, a gente também na Associação, sempre apoiando a gente, dando suporte. Também a saúde, somos atendidos pela saúde do Maranhão. Tem uma semana sim, alguma emergência a gente liga pra vir pegar.... que a gente tem esse acesso que foi construído no nosso limite. Foi uma ajuda da Associação e dos outros órgãos. Muito bom agora que a gente tem esse acesso para melhorar, trazer mais material pra cá” (Marquinho).

Considerações Finais

Durante a pesquisa, pude escutar e analisar os mitos e narrativas sobre a guerra entre os Kaapor. Estas narrativas encontram-se em dois grupos de relatos mitológicos. O primeiro contendo narrativas que envolvem os ancestrais, e o outro tipo de relatos são as histórias de confrontos, que mostram estratégias que podem ser vistas na atualidade, mas que tem eventos históricos que podem ser comprovados.

Cabe observar que a guerra é sempre uma interface de contato. Assim, a política de defesa e memória atuais são uma espécie de descendentes das guerras dos antigos. No final do século XIX o povo Ka'apor estava empenhado em guerrear contra diferentes assentamentos que encontrava pelo caminho, seja para saquear materiais de ferro, ou porque estes voltaram agressivamente contra o povo Ka'apor. Desde as batalhas no rio Capim, o povo foi se deslocando até alcançar o rio Gurupi, onde cruzaram e enfrentaram mocambos e, posteriormente, as atividades econômicas incipientes na região.

As estratégias de defesa e guerra na memória Ka'apor revelam a lógica e os métodos tradicionais desse povo guerreiro, destacando-se a preparação, o assassinato e o resguardo como elementos fundamentais da lógica da guerra. Além disso, são discutidos aspectos como as Puçangas, que são os meios de criar um corpo com qualidades desejadas para um guerreiro, como a agilidade dos beija-flores e quatipurús, o peso e resistência dos cupinzeiros, a letalidade das visagens, entre outros.

As armas me foram mostradas, em especial as flechas com ponta de ferro e a borduna (Tamarã). A guerra é abordada igualmente pelos mitos e pela memória históricas. Por exemplo, a guerra contra uma espécie de jaguares encantados, chamados de A'é, é uma das referências para a origem da borduna (Tamarã). Assim também são os relatos sobre antigas batalhas, como a história da saga dos irmãos que combateram diversos inimigos enquanto seu povo tinha sido dissolvido.

Importante assinalar que guerra, os embates e confrontos, permanecem como uma metáfora política. Ou a guerra se politizou, pelo cerco do contato obrigatório com o povo e o Estado brasileiro? A relação entre a proteção e a guerra está presente na necessidade das comunidades indígenas de protegerem suas terras e recursos naturais contra invasores na atualidade, como os madeireiros mencionados nas diversas narrativas coletadas. A guerra tradicional Ka'apor, na atualidade, é descrita como um modelo de defesa e proteção do território, portanto, o levantamento da aldeia Ywera foi motivada pela necessidade de proteger o território do povo Ka'apor.

A presença de madeireiros na região levou à organização da comunidade para proteger a terra e garantir um lugar seguro para suas famílias. A proteção do território está intrinsecamente ligada à preservação da cultura, da identidade e dos recursos naturais das comunidades indígenas, e a guerra tradicional é vista como um meio de garantir essa proteção. Portanto, a relação entre a proteção e a guerra está enraizada na necessidade das comunidades indígenas de defenderem seus territórios, recursos naturais e modos de vida contra ameaças externas, como a exploração ilegal de recursos naturais por invasores. Desde a dita ‘pacificação’, Os Ka’apor enfrentam uma série de desafios complexos e interconectados na defesa de seu território e cultura. A invasão contínua de madeireiros e posseiros representa uma ameaça direta à integridade do seu ambiente natural e modo de vida tradicional, exacerbada pela falta de proteção efetiva por parte dos órgãos competentes.

A necessidade premente de preservar sua cultura e tradição confronta-se com a luta constante contra a destruição do território, a qual também implica na preservação da biodiversidade da região. A falta de apoio e recursos da FUNAI, aliada à ameaça iminente de desmatamento, amplia ainda mais os desafios enfrentados pela comunidade Ka’apor. A proteção contra invasões externas, juntamente com os impactos duradouros do sarampo e a busca por autonomia política, ressalta a complexidade e a urgência das questões enfrentadas por este povo indígena na contemporaneidade.

Diante das invasões e ameaças externas, os Ka’apor têm demonstrado uma forte capacidade de resistência e mobilização. As narrativas destacam a organização interna da comunidade, liderada por caciques e líderes tradicionais, que coordenam estratégias de defesa e proteção de seus territórios. Essas estratégias incluem a mobilização de grupos para patrulhamento e monitoramento das áreas invadidas, bem como ações diretas para expulsar os invasores e proteger os recursos naturais.

A fundação da aldeia Turizinho pelos Ka’apor exemplifica a interconexão entre guerra, política e resistência indígena frente às ameaças

externas. Diante da constante pressão dos madeireiros sobre seu território, Petrônio e sua comunidade demonstraram uma notável capacidade de organização e estratégia ao estabelecer um refúgio seguro e implementar medidas de vigilância eficazes. Essa iniciativa não apenas evidencia a importância da autonomia e liderança dentro das comunidades indígenas, mas também ressalta a necessidade de reconhecer e proteger os direitos territoriais e culturais desses povos. Ao criar um ponto de resistência contra as invasões e destruições ambientais, os Ka'apor não apenas salvaguardar seu próprio modo de vida, mas também destacaram a vitalidade e a relevância das práticas tradicionais de proteção ambiental e governança comunitária na preservação da diversidade cultural e ecológica.

Ao longo do relato, Ximí revela a complexidade das relações territoriais e étnicas na região, mencionando a presença de diferentes comunidades, como os Tembé, e as interações entre eles. Ele descreve sua própria jornada, desde seu casamento até sua participação em eventos comunitários e conflitos territoriais. Ximí relata a mobilização das comunidades Ka'apor para proteger suas terras e expulsar os invasores, destacando a importância da união e da organização para enfrentar esses desafios. Ele descreve uma grande mobilização envolvendo várias aldeias Ka'apor e outras comunidades aliadas, que se uniram para defender suas terras e expulsar os invasores. Ao longo de sua narrativa, Ximí destaca a resiliência e a determinação das comunidades indígenas na luta pela proteção de seus territórios e modos de vida tradicionais. Ele enfatiza a importância da solidariedade e da cooperação entre as comunidades para enfrentar as ameaças externas e garantir a preservação de suas terras e culturas.

Esse tipo de mobilização, com o passar dos anos, transformou-se em instituição. A Associação Ka'apor Ta Hury Do Rio Gurupi desempenha um papel fundamental na preservação da cultura e tradições do povo Ka'apor. A associação atua no campo da política interétnica, buscando promover a defesa dos interesses e da identidade do povo Ka'apor. Isso inclui a proteção do território, a promoção de ações de

conservação ambiental e a defesa dos direitos indígenas. As atividades principais da associação são desenvolvidas na aldeia Turizinho, onde mora o presidente da associação, Iracadju. A própria história desta aldeia mostra uma interface da história política da luta ka'apor.

Referências:

- BALÉE, William. 1993. "Biodiversidade e os índios amazônicos". In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (eds.): *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: NHII, USP.
- DE OLIVEIRA, João Pacheco. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- FERNANDES, Florestan. 1970. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Pioneira.
- LÉRY, Jean de. 1972. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora; Editora da Universidade de São Paulo.
- LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor; FRANÇOZO, Mariana; BROEKHOVEN, Laura van; KA'APOR, Valdemar. 2017. "Conversações desassossegadas: diálogos sobre coleções etnográficas com o povo indígena Ka'apor". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12: 713-734.
- LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor. 2016. "O mundo da horticultura Ka'apor: práticas, representações e as suas transformações". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 11(1): 133-158, jan.-abr.
- MÉTRAUX, Alfred. 1950. *A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, volume 267.
- PALOMINO, Cristabell López. 2017. "Sem a floresta os Ka'apor não existem, sem os Ka'apor a floresta não existiria. O pensamento político Ka'apor e a política interétnica". Brasília.
- RIBEIRO, Darcy. 1996. *Diários Índios: os Urubu-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição.
- SAMAIN, Etienne. 1984/1985. "A vontade de Ser: notas sobre os índios Urubu Ka'apor e sua mitologia". *Revista de Antropologia*, 27/28. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SAMAIN, Etienne. 1984/1985. "Reflexões Críticas sobre o Tratamento dos Mitos". *Revista de Antropologia*, separata dos volumes 27/28. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

STADEN, Hans. 1930. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira.

**Arrows, Puçangas and Confrontations:
the Ka'apor guardians and the new war strategies**

Abstract: This text presents, through stories of wars of the Ka'apor people, how, empirically, it was the result of the Puçangas and names of great warriors like Tapõon. The text also shows a path that the Ka'apor themselves decided to change from traditional war to war in the world of the Carai: politics. Today they have the strengthened and active Ka'apor Ta Hury Association of the Gurupi River, in which elements of the history of their foundation, partnerships and even their effective actions to protect the territory are presented in this work – such as the creation of the 'Ka'apor guardians', territory continuously invaded by lumber, farmers and, more recently, mining companies. The ethnographic information comes from a long period of field where it was heard directly from the Ka'apor people, through a participatory ethnography.

Keywords: People Ka'apor, T.I. Alto Turiacú, Traditional Ka'apor war, Puçangas, Myths, Political organization of indigenous peoples.

Recebido: 20 de outubro 2024.

Aprovado: 28 de dezembro 2024.